



OI S.A.

(ANTERIORMENTE DENOMINADA BRASIL TELECOM S.A.)
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001 - 43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2011 começou com uma importante mudança para a companhia, a concretização da Aliança Industrial com a Portugal Telecom (PT), que passou a integrar a estrutura societária do grupo. Operacionalmente, a entrada da Portugal Telecom agrega importante *know-how* para a Oi em termos de tecnologia, operações, qualidade dos serviços e ofertas de produtos. Destaca-se que a operadora portuguesa possui larga experiência no mercado móvel, de televisão e em banda larga fixa e móvel em Portugal e nos países onde está presente. Em termos organizacionais, 2011 também trouxe mudanças para o grupo. Em janeiro, foi criado o cargo COO (*Chief Operational Officer*), cargo ocupado desde então pelo Sr. James Meaney, ex-presidente da Coxart.

Em junho o Sr. Francisco Valim foi apontado como o novo Presidente da Oi. O Sr. Valim traz em seu currículo passagens por empresas como a própria Oi, no cargo de Diretor Financeiro, a Serasa Experian, onde ocupou o cargo de CEO para a América Latina, Europa, África e Oriente Médio e a Net Serviços, onde liderou um importante movimento de *turn around*. Cumpre registrar que a experiência como CEO nesta última se mostra importante em um momento em que iremos aumentar o foco na prestação de serviços de TV paga como um produto essencial para o nosso portfólio de ofertas convergentes.

Em 2011, do ponto de vista operacional, é possível destacar o crescimento de 3,2% da base de clientes da Oi S.A., alcançando 17.445 mil Unidades Geradoras de Receitas (UGRs).

Em relação ao desempenho financeiro, 2011 foi mais um ano em que a companhia teve êxito nas emissões internacionais. No ano, a Oi S.A. fez maior emissão externa em Reais (BRL Bond) de uma empresa brasileira, no valor de R\$ 1,1 bilhão.

Em 2011, o grupo Oi também deu início a um importante processo de simplificação societária com o objetivo de reduzir de três empresas listadas na Bolsa para apenas uma. Esse importante passo é essencial para uma futura divulgação de política de dividendos e um maior alinhamento dos interesses dos acionistas.

Em paralelo, mantivemos o compromisso de desenvolver nossa plataforma de sustentabilidade. São exemplos disto à implementação do Programa Educação para Sustentabilidade, que visa ampliar o comprometimento dos colaboradores com o tema, bem como desenvolver iniciativas com este foco aplicáveis diretamente ao negócio.

Em síntese, as mudanças ocorridas em 2011, como a entrada da PT e as mudanças na Diretoria Executiva, criaram os alicerces necessários para o início de um processo de reorganização estratégica baseado em um plano de longo prazo traçado com o objetivo de promover um ciclo de crescimento sustentável para a Companhia.

Tudo isso posto, 2012 nos trará importantes desafios e mantemos a confiança que seremos bem sucedidos na execução da estratégia traçada para os próximos anos.

2 CONJUNTURA ECONÔMICA

O cenário de 2011 foi marcado por crises econômicas nos países desenvolvidos. No noticiário econômico, os principais temas foram o agravamento da situação econômica europeia e as incertezas a respeito da economia norte americana. No Brasil, a economia apresentou sinais de desaceleração econômica. Esta redução no ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é reflexo tanto da piora do cenário externo quanto das medidas macroeconômicas adotadas em 2010, a citar: maior exigência de recolhimentos compulsórios e de capital dos bancos comerciais assim como a elevação da Taxa Selic.

Em termos de inflação, o indicador para 2011 situou-se no topo da meta (6,5%), demonstrando uma aceleração uma vez que em 2010 a inflação alcançou 5,9%. Para 2012, as expectativas apontam para 5,27%, de acordo com a pesquisa FOCUS do Banco Central em 16 de março. Com relação ao câmbio, as expectativas medidas pelo boletim FOCUS é de R\$ 1,75 para o final de 2012, frente a um fechamento de R\$ 1,88 em 2011.

Com relação à atividade econômica, o consenso de mercado para 2012 é de um crescimento do PIB de 3,3%.

A atividade econômica global seguiu mostrando sinais de desaceleração em 2011. Tendo os países emergentes apresentado crescimento enquanto as economias desenvolvidas reportaram uma expansão em ritmo mais lento ou até mesmo uma retração do nível de atividade econômica. No entanto, as economias avançadas, como é o caso dos Estados Unidos e da Alemanha, têm dado sinais de melhora em termos de atividade econômica.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Apoiando-se no diferencial estratégico da integração e da convergência, a companhia mudou a forma de conduzir os negócios, passando a adotar uma visão segmentada por cliente (Residencial, Empresarial/Corporativo e Mobilidade Pessoal) e não mais por produto.

Este movimento tem por objetivo alavancar o aumento da participação dos serviços da Oi no total de consumo de telecomunicações das residências e das empresas, posicionando a companhia como uma provedora de soluções completas para os clientes.

A Oi S.A. encerrou o ano de 2011 com 17.445 mil UGRs, crescimento de 3,2% frente a 2010. No segmento Residencial, as UGRs totalizaram 6.470, decréscimo de 2,0% frente a 2010.

Na mobilidade, a base de clientes cresceu 10,4% atingindo 8.586 mil acessos (812 mil novos acessos). Embora em termos relativos o segmento pós-pago tenha se destacado ao longo do ano, em termos absolutos o segmento pré-pago foi o grande responsável pelo desempenho, com crescimento de 9,4% no ano.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Receita líquida consolidada foi de R\$ 9.245 milhões em 2011, inferior em 9,9% ao ano anterior. Este desempenho é reflexo, principalmente, da queda do segmento de voz fixa devido à menor receita de assinatura e de tráfego, influenciada principalmente pela redução do número de linhas fixas em serviço. Esta queda foi parcialmente compensada pelo aumento da receita de banda larga, devido ao aumento da base de usuários de Oi Velox, da receita de TV Paga, pelo crescimento do número de assinantes decorrente da evolução do produto e da criação de ofertas mais atrativas, e pelo acréscimo da receita de telefonia móvel, também em função da expansão da base de clientes. Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 6.634 milhões em 2011, queda de 1,7% quando comparado a 2010. Em relação ao ano anterior, houve menores custos de interconexão. Em 2011, a companhia registrou lucro líquido de 1.006 milhões.

5 ENDIVIDAMENTO

R\$ Milhões	dez/10	set/11	dez/11	% Dívida Bruta
Curto Prazo	1.115	1.094	1.169	14,4%
Longo Prazo	3.321	4.633	6.962	85,6%
Dívida Total	4.436	5.727	8.131	100,0%
Em moeda nacional	4.309	5.687	7.191	88,4%
Em moeda estrangeira	56	1	914	11,2%
Swap	71	39	26	0,3%
(-) Caixa	(5.960)	(6.863)	(9.320)	(114,6%)
(=) Dívida Líquida	(1.524)	(1.137)	(1.189)	(14,6%)

A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (convertíveis e não convertíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S.GAAP, no entanto a Administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida é útil tanto para Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

No ano de 2011 a Companhia emitiu no terceiro trimestre um *Bond* em Reais no valor de R\$ 1,1 bilhão pagando semestralmente um cupom de 9,75% a.a. Nas emissões locais, vale destacar as 7ª e 8ª emissões de debêntures no valor de R\$ 1 bilhão e R\$ 2,4 bilhões respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora (BR GAAP) Consolidado (BR GAAP/IFRS)			
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.354.317	1.788.001	6.004.506	3.216.937
Aplicações financeiras	9	89.331	582.115	1.084.027	832.077
Instrumentos financeiros derivativos	20	7.186		7.186	
Contas a receber	10	1.705.213	1.718.789	2.010.487	2.069.908
Estoques		4.246	4.243	12.671	14.323
Tributos correntes a recuperar	12	99.025	214.748	353.225	334.954
Outros tributos	13	563.901	294.748	783.382	416.674
Créditos com partes relacionadas	11		1.548		
Depósitos judiciais	14	1.609.577	1.357.777	1.651.114	1.383.914
Dividendos e juros sobre o capital próprio	28	430.377			
Ativo relacionado aos fundos de pensão	26	50.149		50.149	
Demais ativos	15	207.601	217.290	288.826	218.010
		9.120.923	6.179.259	12.245.573	8.486.797
Não circulante					
Créditos com partes relacionadas	11	6.703		2.217.682	1.911.134
Aplicações financeiras	9	13.327		13.327	
Tributos diferidos a recuperar	12	4.033.922	4.276.901	4.982.322	5.276.443
Outros tributos	13	148.754	130.661	178.636	173.051
Depósitos judiciais	14	4.847.762	4.217.356	4.955.025	4.266.022
Ativo relacionado aos fundos de pensão	26	140.276	90.249	142.614	92.619
Demais ativos	15	23.420	27.769	41.848	39.446
Investimentos	16	7.451.757	5.753.558	8.436	5.370
Imobilizado	17	4.203.318	3.771.471	5.793.711	5.316.799
Intangível	18	264.398	376.108	1.084.857	1.318.433
		21.133.637	18.644.073	19.418.458	18.399.317
Total do ativo		30.254.560	24.823.332	31.664.031	26.886.114

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 INVESTIMENTOS

R\$ Milhões	Anual		
	2010	2011	Δ Ano
Rede	665	975	46,6%
Serviços de TI	55	69	25,5%
Outros	195	254	30,3%
Total	915	1.297	41,7%

Os investimentos totalizaram R\$ 1.297 milhões em 2011, crescendo 41,7% em relação ao ano de 2010. Ao longo de 2011, investimos na adequação da rede de dados, em projetos de expansão e qualidade da infraestrutura de banda larga, melhoria da plataforma do sistema de comunicação e na implantação e expansão da rede móvel, ampliando a cobertura nacional, além de investimentos em banda larga móvel (3G).

7 MERCADO DE CAPITAL E ESTRUTURA ACIONÁRIA

Nossas ações:

Em 2011, as ações preferenciais (BRTO4) e ordinárias (BRTO3) da Companhia negociadas na BMF&Bovespa tiveram queda de 7,5% e 22,4%, respectivamente.

As ações da BRTO4 e BRTO3 tiveram uma média diária de negociação ao longo de 2011 de R\$ 10,6 milhões e R\$ 1,1 milhão, respectivamente.

Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito, de R\$ 3.731.059.750,20, era representado por 603 milhões de ações, conforme a seguir:

Ações BRTO	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Com Controlador	Em Circulação
Ordinárias	203.423.176		161.989.999	41.433.177
Preferenciais	399.597.370	13.231.553	128.675.049	257.690.768
Total	603.020.546	13.231.553	290.665.048	299.123.945

Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:

Em abril de 2011, a AGO da Companhia aprovou a declaração de dividendos, relativo ao exercício de 2010, no valor bruto de R\$ 176.481.773,79, equivalentes aos valores por ação a seguir:

Data da aprovação pela AGO	Data do Ex-Dividendos	Classe de ação	Valor Bruto por ação (R\$)	Valor Líquido de IRRF por ação (R\$)	Valor Bruto Total (R\$)
27/04/2011	28/04/2011	ON	0,299228667849	0,299228667849	60.870.045,96
27/04/2011	28/04/2011	PN	0,299228667849	0,299228667849	115.611.728,72

Em relação ao exercício de 2011 ainda não houve deliberação sobre o tema. Tão logo haja, a mesma será prontamente informada ao Mercado.

8 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 24 de maio de 2011, a controladora TmarPart divulgou fato relevante no qual comunicou que, em reunião prévia de acionistas, realizada naquela data nos termos do Acordo de Acionistas da TmarPart, havia sido aprovada orientação para que as administrações da TmarPart e de suas controladas TNL, TMAR, Coari e da Companhia (sendo as quatro controladas denominadas, em conjunto, "Companhias OI") conduzissem estudos e adotassem procedimentos pertinentes visando a uma Reorganização Societária das Companhias OI.

A Reorganização Societária pretendida compreende conjuntamente a cisão parcial da TMAR e a incorporação das ações desta pela Coari, bem como as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

Destaca-se que a Companhia concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias OI e será a única das Companhias OI listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A. A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a Governança das Companhias OI, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela TmarPart é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. O processo de reestruturação societária previa a constituição de Comitês Especiais Independentes para cada uma das empresas (TNL, TMAR e da Companhia), com o intuito de negociar as condições da operação e submeter suas recomendações aos Conselhos de Administração das respectivas companhias.

Em 1 de agosto de 2011, os Comitês Especiais Independentes de TNL, TMAR e da Companhia concluíram seu trabalho e recomendaram aos Conselhos de Administração das Companhias a adoção das seguintes relações de troca nas incorporações:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNL3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e 6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e 6 / BRTO3	3,8620

Ressalta-se que as relações de troca acima foram baseadas nas cotações de mercado das ações TNL, TMAR e da Companhia de acordo com as médias negociadas, nos 30 dias anteriores à divulgação do primeiro Fato Relevante (24/05/2011), ponderadas por volume. Também foi considerada nas relações de troca a proposta de bonificação em ações de emissão da Companhia resgatáveis pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Companhia anteriores às incorporações.

Em 26 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da TNL, TMAR, Coari e da Companhia aprovaram as condições gerais da Reorganização Societária. Adicionalmente, os Conselhos de Administração das Companhias OI aprovaram a proporção entre as ações BRTO3 e BRTO4 a que farão jus os titulares de ações TNLP4, TMAR5 e TMAR6. Portanto, as relações de substituição são as seguintes:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
1 TNL3	2,3122 BRTO3
1 TNLP4	0,1879 BRTO3 + 1,9262 BRTO4
1 TMAR3	5,1149 BRTO3
1 TMAR5	0,3904 BRTO3 + 4,0034 BRTO4
1 TMAR6	0,3904 BRTO3 + 4,0034 BRTO4

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011.

Tendo em vista que as ações da Companhia e da TNL possuem registro junto à SEC (*Securities and Exchange Commission*), órgão regulador do mercado de capitais norte americano, a Reorganização Societária estava condicionada à declaração, pela SEC, de registro do *Registration Statement* no Formulário F-4, apresentado pela Companhia à SEC. Registro este que foi concedido no dia 27 de janeiro de 2012.

Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari, TMAR, TNL e da Companhia, nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na Reorganização Societária, além de todos os documentos pertinentes. Em função das deliberações tomadas nas referidas Assembleias Gerais, a TNL e a Coari foram incorporadas pela Companhia em 27 de fevereiro de 2012, extinguindo-se e sendo sucedidas pela Companhia, a título universal, naquela data. Dessa forma, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela TmarPart, enquanto a TMAR tornou-se subsidiária integral da Companhia.

Ainda em 27 de fevereiro de 2012, foi divulgado Fato Relevante a respeito dos procedimentos para o exercício do direito de retirada por parte dos acionistas dissidentes legitimados.

9 GOVERNANÇA NA OI

A Companhia vem aprimorando, constantemente, os seus instrumentos, processos e estrutura de Governança Corporativa, observando as boas práticas de mercado e reavaliando a sua atuação, com o propósito de proteger os seus *stakeholders*, preservar e otimizar o valor da Companhia, bem como contribuir para a perenidade de seus negócios.

Nesse sentido, a Companhia se preparou adequadamente para avaliar e deliberar sobre a sua Reorganização Societária, visando simplificar de forma efetiva as suas estruturas societária e de Governança, resultando em criação de valor para todos os acionistas. Esta operação permitirá a redução de custos operacionais, administrativos e financeiros, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais. Além disto, reforça o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia e possibilita o aumento da liquidez de suas ações.

O modelo de gestão da Companhia é composto por um conjunto de ações internas e externas, que refletem as premissas de Governança Corporativa aplicadas em todos os níveis, cujas interfaces resultam em processos confiáveis e uma base consistente. A Companhia sabe da importância da continuidade da disseminação da cultura de Governança Corporativa entre seu público interno e, neste sentido, desenvolve desde 2009, treinamentos presenciais e *online* (*e-learning*s) sobre o tema.

A alta direção da Companhia demonstra o seu comprometimento com o desenvolvimento do Modelo de Gestão de Riscos na Companhia através das seguintes atividades:

- Política de gestão de riscos;
- Inclusão da gestão de riscos na cultura da organização;
- Alinhamento dos objetivos da gestão de riscos às estratégias da organização;
- Atendimento aos requisitos legais e regulamentares do setor;
- Definição de responsabilidades de gestão de riscos na organização;
- Viabilização de recursos necessários para o cumprimento dos objetivos do Modelo de Gestão de Riscos;
- Viabilização da comunicação dos benefícios da gestão de riscos às partes interessadas;
- Análise crítica e melhoria contínua do Modelo de Gestão de Riscos.

Para mitigar os riscos mapeados, a Companhia desenha e implementa controles adequados ao seu negócio e monitora constantemente seu ambiente interno visando à prevenção de perdas, à salvaguarda de ativos e ao suporte na tomada de decisões executivas.

No intuito de aprimorar o processo de comunicação entre seus órgãos de Governança Corporativa, a Companhia disponibiliza, desde 2009, o Portal da Governança. Esta ferramenta de gestão auxilia no desempenho das funções do Conselho de Administração e dos seus Comitês de Assessoramento, bem como do Conselho Fiscal. Atualizado periodicamente, este Portal contém documentos estratégicos da Companhia que suportam as decisões dos Conselheiros e demais Administradores.

Além disso, a Companhia se manteve, pelo quarto ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e, pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambas iniciativas da BMF&Bovespa. Ainda com relação às boas práticas, respondeu voluntariamente o *Carbon Disclosure Project* (questionário sobre mudanças climáticas mundiais), bem como divulgou o seu inventário de emissões de gases do efeito estufa no site do GHG Protocol.

10 BALANÇO SOCIAL

Por meio do Oi Futuro, a Companhia exerce em sua plenitude seu papel de responsabilidade corporativa na construção de uma sociedade mais justa e solidária. São apresentados a seguir os principais destaques da atuação do Instituto em 2011 em cada uma das suas áreas de atuação:

Educação

O Oi Futuro apoia e desenvolve projetos educativos que utilizam novas tecnologias de comunicação e informação para a transformação do ambiente escolar e para a capacitação de jovens para as profissões do futuro, destacando-se, entre essas iniciativas, o NAVE - Núcleo Avançado em Educação, o OiKabum!, o projeto Educopédia e o OiTonoMundo.

Social

Por meio do programa *Oi Novos Brasis*, o Oi Futuro apoia técnica e financeiramente iniciativas sociais inovadoras, desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos, e que utilizam tecnologias da informação e da comunicação para acelerar o desenvolvimento humano.

Cultura

Em 2011, a Companhia se manteve como uma das principais patrocinadoras de cultura do país, apoiando a realização de projetos nas áreas do cinema, artes cênicas, artes visuais, dança, música, patrimônio cultural, tecnologia e novas mídias, publicação e documentação, cultura popular e espaços culturais.

Esportes

Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia recebeu do Ministério do Esporte o selo "Empresário Amigo do Esporte", consolidando sua posição como patrocinador do esporte brasileiro.

Meio Ambiente

Signatária do Pacto Global das Nações Unidas, a Companhia desenvolveu uma Política de Sustentabilidade que permeia todas as suas ações corporativas. Por meio do Oi Futuro, oferece apoio a 15 projetos de meio ambiente, desenvolvidos por organizações espalhadas pelo Brasil, beneficiando cerca de 7.400 pessoas.

Programa Banda Larga nas Escolas

Até dezembro de 2011, a Companhia levou o acesso ao serviço de conexão de internet de alta velocidade a mais de 4.600 municípios, em mais de 49.800 escolas públicas urbanas. O número atual representa o cumprimento de mais de 100% do compromisso inicial. Além disto, assinou, com os órgãos da esfera estadual e municipal, 4.745 termos de adesão ao serviço de comunicação multimídia, realizando inclusive a doação de *modems*.

11 AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a Deloitte não prestou "outros serviços" não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras.

A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Companhia se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

12 AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e a confiança depositada em nossa Companhia em 2011. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal na condução de nossas operações.

	Nota	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010			
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
		Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP/IFRS)	2011	2010
		2011	2010	2011	2010
Receitas de vendas e/ou serviços	4	7.478.656	8.373.022	9.245.255	10.263.292
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(3.848.801)	(3.825.128)	(4.586.565)	(4.732.081)
Lucro bruto		3.629.855	4.547.894	4.658.690	5.531.211
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	16	676.070	298.385		
Despesas com vendas	5	(986.189)	(862.766)	(1.160.793)	(1.025.010)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.155.040)	(1.194.179)	(1.444.627)	(1.538.941)
Outras receitas operacionais	6	5.555.919	469.582	560.360	523.962
Outras despesas operacionais	6	(824.546)	(771.530)	(1.046.343)	(1.031.692)
		(1.733.786)	(2.060.508)	(3.091.403)	(3.071.681)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.896.069	2.487.386	1.567.287	2.459.530



OI S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA BRASIL TELECOM S.A.)
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Atividades operacionais				
Lucro antes das tributações	1.260.469	2.355.665	1.495.375	2.379.275
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	171.422	246.285	127.521	299.175
Depreciação e amortização	711.122	717.593	1.044.226	1.056.740
Perdas sobre contas a receber	263.398	280.886	332.808	351.535
Provisões	529.684	392.570	570.672	405.093
Provisão para fundos de pensão	6.865	10.361	7.237	14.221
Equivalência patrimonial	(676.070)	(298.385)		
Perda na baixa de ativo permanente	5.663	8.859	12.693	81.135
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	49.019	65.049	49.019	56.759
Participação de empregados e administradores	7.893	56.475	27.449	102.555
Operações com instrumentos financeiros derivativos	49.251	8.899	49.251	8.899
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(1.297)	(190.591)	(306.548)	(236.385)
Atualização monetária de provisões	156.719	239.787	167.087	254.038
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	44.414	38.563	46.299	41.627
Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais	198.853		198.853	
Dividendos prescritos	(50.330)	(27.350)	(50.330)	(27.350)
Outros	25.919	127.161	204.319	226.653
	2.752.994	4.032.107	3.975.931	5.013.970
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	(249.949)	(231.057)	(274.193)	(430.742)
Estoques	(3)	(1.963)	8.102	11.614
Tributos	169.861	334.240	152.874	397.194
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(2.419.014)	(1.147.245)	(3.811.531)	(1.664.381)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.915.190	710.701	3.641.371	1.271.121
Fornecedores	(234.431)	(107.330)	(185.429)	(51.722)
Salários, encargos sociais e benefícios	(44.921)	(34.926)	(69.200)	(60.855)
Provisões	(338.232)	(442.923)	(365.042)	(457.522)
Provisão para fundos de pensão	(96.148)	(104.534)	(96.148)	(104.534)
Outras contas ativas e passivas	(183.554)	100.807	(324.575)	124.346
	(481.201)	(924.950)	(1.323.771)	(955.481)
Encargos financeiros pagos	(302.255)	(406.737)	(496.843)	(459.094)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(23.427)	(9.402)	(205.326)	(90.231)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. ("Companhia" ou "Oi") anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou "BT", é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425 - 8º andar.

A Companhia ainda possui através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BT Celular") autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas na Nota 3 (i) e Nota 18.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - "Securities and Exchange Commission" dos EUA, tendo suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, e negocia seus ADR's - "American Depositary Receipts" na NYSE - Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A partir de 30 de setembro de 2009 o controle da Companhia passou a ser exercido diretamente pela Coari Participações S.A. ("Coari"), cuja participação societária representa 79,63% (2010 - 79,63%) do capital votante e 48,20% (2010 - 48,20%) do capital total. Até a citada data, a Companhia era controlada pela Brasil Telecom Participações S.A. ("BT Part"), sociedade constituída em 22 de maio de 1998 em decorrência do processo de privatização do Sistema Telebrás.

A reorganização societária que resultou no controle direto da Companhia pela Coari está apresentada em comentários específicos desta nota - vide item "a", e teve por origem a compra da Companhia pela Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") que, em 8 de janeiro de 2009, adquiriu através de sua controlada indireta, Copart 1 Participações S.A. ("Copart 1"), o controle acionário da BT Part e de sua Companhia. "Push down accounting" não foi aplicado.

A troca do controle da Companhia para a TMAR consistiu na aquisição de 100% das ações da Invitel S.A. ("Invitel"), na época detentora de 99,99% das ações da Solpart Participações S.A. ("Solpart"), que por sua vez possuía 51,41% do capital votante e 18,93% do capital total da BT Part.

O Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia (o "Contrato"), firmado em 25 de abril de 2008, foi divulgado através de fato relevante das companhias relacionadas ao evento na mesma data, sendo complementarmente publicados novos fatos relevantes relativos a eventos ou fatos inerentes ao respectivo Contrato.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 28 de março de 2012.

Conforme divulgado na Nota 31 (a), em 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada a reorganização societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL") pela Companhia.

Conforme divulgado na Nota 31 (a), em 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Brasil Telecom S.A. para Oi S.A.

As participações em controladas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta		Indireta	
		2011	2011	2010	2011
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BT Celular")	Telefonia móvel - Região II	100%		100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BT Multimídia")	Tráfego de dados	90,46%	100%	90,46%	100%
BT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BT Card")	Serviços financeiros	100%		100%	
Vant Telecomunicações Ltda. ("BT Call Center")	Serviço multimídia	99,99%	100%	99,99%	100%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BT Call Center")	Serviços de centros de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BT Serviços de Internet S.A. ("BTIT")	Holding	100%		100%	
Agência O Jornal da Internet Ltda. (IG Participações S.A. ("IG Part"))	Internet	30%		30%	
Internet Group do Brasil S.A. ("IG Brasil")	Holding	0,16%	100%	0,16%	100%
Nova Tarrafa Participações Ltda. ("NTPA")	Internet	13,64%	100%	13,64%	100%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BT CS")	Holding	100%		100%	
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados	99,99%	100%	99,99%	100%
Brasil Telecom de America Inc. ("BT of America") (2)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BT Venezuela") (3)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom de Colombia, Empresa Unipersonal ("BT Colombia") (4)	Tráfego de dados		100%		100%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay") (5)	Tráfego de dados		100%		100%
Sumbe Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Rio Alto Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	propriedades	100%		100%	

Todas as controladas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- Sediada em Bermuda
- Sediada nos Estados Unidos da América
- Sediada na Venezuela
- Sediada na Colômbia
- Sediada no Paraguai

(a) Reorganização societária da Companhia no ano de 2009

A reorganização societária teve como objetivo a otimização da estrutura de controle, simplificação das participações societárias entre as empresas e o aproveitamento da sinergia entre as atividades aumentando a eficiência operacional. A reorganização foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum. A reorganização foi contabilizada de forma prospectiva.

A reorganização foi realizada em duas fases, ocorridas em 31 de julho e 30 de setembro de 2009, conforme descrito nas linhas abaixo:

- Incorporação da Invitel pela sua controlada Solpart, com consequente extinção da Invitel em 31 de julho de 2009.
- Incorporação da Solpart pela sua controladora Copart 1, com consequente extinção da Solpart em 31 de julho de 2009.
- Incorporação da Copart 1 pela BT Part, por meio da Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 1, recebeu ações da BT Part em substituição às suas ações da Copart 1, que foi extinta em 31 de julho de 2009.
- Incorporação da Copart 2 pela Companhia, por meio da sua Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 2, recebeu ações da Companhia em substituição às suas ações da Copart 2, que foi extinta em 31 de julho de 2009.
- Incorporação da BT Part pela Companhia, que foi extinta em 30 de setembro de 2009. Desta forma a Coari passou a deter 48,20% do patrimônio da Companhia.

Após realizadas todas as incorporações, a Companhia incorporou um acervo líquido total no montante de R\$4.726.737, distribuído da seguinte forma:

Caixa e equivalentes a caixa	235.943
Aplicações financeiras	1.346.085
Depósitos judiciais	118.714
Outros ativos circulantes	51.161
Tributos correntes sobre a renda	20.899
Tributos diferidos sobre a renda (i)	3.334.343
Outros tributos	(119.991)
Outros ativos não circulantes	21.291
Imobilizado	3.371
Intangível	10
Passivo circulante	(138.766)
Provisões	(3.671)
Passivo não circulante	(121.382)
Acervo líquido incorporado	4.726.737

(i) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágio pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil anteriormente às deliberações dos pronunciamentos técnicos CPC 15 e CPC 18, bem como a interpretação ICPC 09, tendo-se sido observada a adoção da Companhia ao RIT - Regime Tributário Transitório.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Composição Acionária - Brasil Telecom S.A.					
Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940
Ações em Tesouraria	13.231.556	3,31	13.231.556	3,31	26.463.112
Total	203.423.176	100,00	399.597.370	100,00	603.020.546

(b) Parceria comercial TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Cielo S.A. ("Cielo")

Em 29 de setembro de 2010, a TNL PCS assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil e Acordo de Investimentos com a Cielo.

O contrato celebrado entre a Companhia, TMAR, TNL PCS, BT Celular, Paggo Administradora, Vay TV (incorporada pela TNL PCS) e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria econômica para emissão de cartões de crédito "co-branded" e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia "Mobile Payment" para a base de clientes atual e futura da TNL PCS.

O contrato celebrado entre TNL PCS, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar") estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções").

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de "Mobile Payment" originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

Em 29 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

(c) Reorganização societária das empresas do segmento de internet

A Administração, visando preparar a Companhia para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(81.380)	(72.472)	(110.690)	(93.438)
	(407.062)	(488.611)	(812.859)	(642.763)
	1.864.731	2.618.546	1.839.301	3.415.726
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(557.652)	(290.469)	(883.611)	(754.515)
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberações	(78.556)	(106.603)		
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos	75.133	135.192		
Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	17.067	2.188	21.438	2.308
Depósitos judiciais	(1.420.379)	(1.113.381)	(1.467.182)	(1.136.319)
Resgates judiciais de depósitos judiciais	242.427	324.813	243.535	328.085
Aumento/Redução de investimentos permanentes	(2.927)	(3.066)	(3.066)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.724.887)	(1.048.260)	(2.088.886)	(1.560.441)
Atividades de financiamentos				
Captações líquidas de custos	5.427.489	781.204	4.586.555	1.040.255
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, derivativos e leasing	(1.094.072)	(1.267.923)	(1.095.808)	(1.279.033)
Autorizações e concessões	(70.949)		(79.326)	(114.726)
Programa de refinanciamento fiscal	(23.991)	(57)	(29.887)	(940)
Aumento de capital em controladas	(1.468.225)			
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(462.223)	(1.345)	(462.223)	(1.345)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	2.308.029	(488.121)	2.918.711	(355.789)
Varição cambial sobre equivalentes de caixa	118.443		118.443	
Fluxo de caixa do exercício	2.566.316	1.082.165	2.787.569	1.499.496
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	4.354.317	1.788.001	6.004.506	3.216.937
Saldo inicial	1.788.001	705.836	3.216.937	1.717.441
Varição no exercício	2.566.316	1.082.165	2.787.569	1.499.496

DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações não-caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Aumento de capital em controlada com direitos a receber (Nota 11)		1.531.775		
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	500.395	304.508	413.460	134.042
Dividendos declarados e não pagos	251.433	539.658	251.433	539.658
Dividendos declarados por controladas e não recebidos	430.377			
Ações bonificadas a resgatar	1.501.984		1.501.984	
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	253.021	337.710	254.693	338.225
Compensação de depósitos judiciais contra tributos	158.281		158.281	

composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela IG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc.

Apresentamos abaixo o "acervo líquido" e a "relação de troca" da reorganização societária das empresas de internet:

Empresa incorporada pela IG Part	Acervo líquido		Relação de troca	
	iG Cayman	(2.785)		2,00399169
Nova Tarrafa Inc.		322		125,12660374

* Quantidade de ações de iG Part por ação da empresa incorporada.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidos pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pelo CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Principais políticas contábeis

Crerios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 2



OI S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA BRASIL TELECOM S.A.)
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
10,87%	6,00%	13,59%	7,50%	16,31%	9,00%

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Operação	Risco individual	Controladora				Total
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	477.923	819.228	790.141	444.167	2.531.459
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	118.906	99.782	33.343	11.414	263.445
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		596.834	919.011	823.484	455.581	2.794.910
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	567.315	999.980	965.403	545.765	3.078.463
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	123.167	120.426	41.907	22.511	308.011
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		690.487	1.120.407	1.007.310	568.276	3.386.480
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	655.666	1.179.229	1.139.222	647.284	3.621.401
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	127.409	141.333	50.853	34.429	354.024
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		783.080	1.320.563	1.190.075	681.713	3.975.431
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível - Cenário Provável		93.653	201.396	183.826	112.695	591.570
CDI		89.392	180.752	175.262	101.598	547.004
TJLP		4.261	20.644	8.564	11.097	44.566
Cenário Remoto - Cenário Provável		186.246	401.552	366.591	226.132	1.180.521
CDI		177.743	360.001	349.081	203.117	1.089.942
TJLP		8.503	41.551	17.510	23.015	90.579

Operação	Risco individual	Controladora				Total
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	477.923	819.228	790.141	444.167	2.531.459
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	180.677	192.199	85.887	26.253	485.016
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		658.605	1.011.428	876.028	470.420	3.016.481
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	567.315	999.980	965.403	545.765	3.078.463
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	186.132	221.545	109.833	53.036	570.546
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		753.452	1.221.526	1.075.236	598.801	3.649.015
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	655.666	1.179.229	1.139.222	647.284	3.621.401
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	191.563	251.299	134.846	81.781	659.489
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		847.234	1.430.529	1.274.068	729.065	4.280.896
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível - Cenário Provável		94.847	210.098	199.208	128.381	632.534
CDI		89.392	180.752	175.262	101.598	547.004
TJLP		5.455	29.346	23.946	26.783	85.530
Cenário Remoto - Cenário Provável		188.629	419.101	398.040	258.645	1.264.415
CDI		177.743	360.001	349.081	203.117	1.089.942
TJLP		10.886	59.100	48.959	55.528	174.473

(e) Risco de crédito
A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(f) Risco de liquidez
O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui linha de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada em Novembro de 2011 junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais, conforme descrito na Nota 19.

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos
A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantidade disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado na Nota 19, na seção "Covenants".

(h) Riscos contingenciais
Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas caso de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(i) Risco de aspecto regulatório
Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Contratos de Concessão
Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêm revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

(i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

(ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes ver Nota 30;

(iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;

(iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

(v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;

(vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e

(vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR - Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Gestão de capital
A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado. O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas. A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA entre 2x e 4x
Dívida Líquida/EBITDA entre 1,4x e 2x
Índice de cobertura de juros (*) maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.716.360	14.947.950	16.406.661	17.619.050
Deduções da receita bruta	(6.237.704)	(6.574.928)	(7.161.406)	(7.355.758)
Tributos	(2.813.849)	(3.178.661)	(3.331.372)	(3.645.824)
Outras deduções	(3.423.855)	(3.396.267)	(3.830.034)	(3.709.934)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.478.656	8.373.022	9.245.255	10.263.292

5. DESPESAS POR NATUREZA	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Operações	(1.986.087)	(1.859.680)	(2.260.112)	(2.120.354)
Interconexão	(1.833.753)	(1.993.150)	(1.711.219)	(1.981.928)
Depreciação e amortização	(711.122)	(717.593)	(1.044.226)	(1.056.740)
Pessoal	(461.518)	(351.502)	(882.866)	(755.344)
Aluguéis e seguros	(312.955)	(275.154)	(450.915)	(402.342)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(263.398)	(280.886)	(332.808)	(351.535)
Publicidade e propaganda	(76.807)	(90.288)	(148.157)	(151.847)
FISTEL	(16.170)	(17.904)	(130.424)	(116.239)
Meios de conexão	(210.014)	(153.217)	(79.218)	(102.572)
Materiais	(58.227)	(72.307)	(65.803)	(108.543)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(49.019)	(56.759)	(49.019)	(56.759)
Custo de aparelhos e outros			(23.831)	(47.760)
Outros custos e despesas	(10.960)	(13.633)	(13.387)	(44.069)
Total	(9.990.630)	(5.882.073)	(7.191.985)	(7.296.032)

Classificados como:	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.848.801)	(3.825.128)	(4.586.565)	(4.732.081)
Despesas com vendas	(986.189)	(862.766)	(1.160.793)	(1.028.010)
Despesas gerais e administrativas	(1.155.400)	(1.194.179)	(1.444.627)	(1.535.941)
Total	(5.990.400)	(5.882.073)	(7.191.985)	(7.296.032)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas (i)	139.476	114.226	156.633	152.257
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	167.134	138.242	120.363	90.042
Multas	74.859	82.803	90.537	91.523
Serviços técnicos e administrativos	66.518	62.011	66.659	64.492
Dividendos prescritos	50.330	27.360	50.330	27.360
Receitas na venda de imobilizado	17.067	10.754	21.438	54.015
Recebimento em duplicidade	16.774	21.262	17.908	23.289
Outras receitas	23.761	12.834	36.492	20.994
Total	555.919	469.582	560.360	523.962
Outras despesas operacionais				
Provisões/Reversões	(529.684)	(392.570)	(570.672)	(405.093)
Tributos	(172.840)	(149.437)	(308.581)	(276.261)
Custas processuais	(48.241)	(50.260)	(50.118)	(51.024)
Baixa de imobilizado	(17.786)	(8.855)	(28.039)	(83.387)
Participação de empregados e administradores	(7.893)	(65.045)	(27.449)	(102.555)
Multas	(17.893)	(30.952)	(21.520)	(34.845)
Provisões para fundos de pensão	(6.865)	(10.361)	(7.237)	(14.221)
Outras despesas	(23.344)	(64.050)	(32.727)	(64.306)
Total	(824.546)	(771.530)	(1.046.343)	(1.031.692)

(i) O saldo de 2011 inclui o reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, no valor de R\$ 71 milhões na controladora e no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica "Ativo relacionado aos fundos de pensão".

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	85.220	164.247	383.628	286.523
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	335.165	60.763	344.553	75.048
Atualização monetária de depósitos judiciais	323.368	329.078	333.130	333.058
Juros, variações monetárias e outros a receber de partes relacionadas	12.258	190.591	306.548	236.385
Descontos financeiros obtidos	10.944	797	16.814	2.147
Outras receitas financeiras (i)	1.553	50.255	21.197	46.294
Total	768.508	795.731	1.405.870	979.455
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(345.041)	(155.157)	(474.032)	(272.571)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(209.963)	(254.062)	(266.148)	(285.547)
Reversão de atualização monetária sobre depósitos judiciais (ii)	(198.853)		(198.853)	
Juros sobre debêntures	(182.154)	(141.776)	(182.154)	(141.776)
Atualização monetária de provisões	(156.719)	(239.787)	(167.087)	(254.038)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(49.251)	(8.899)	(49.251)	(8.899)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(171.798)	(51.193)	(43.819)	(3)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(5.491)	(2.409)	(5.707)	(2.859)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros		(1.790)		(1.977)
Outras despesas financeiras	(84.838)	(72.379)	(90.731)	(85.249)
Total	(1.404.108)	(927.452)	(1.477.782)	(1.059.710)
Resultado financeiro	(635.600)	(131.721)	(71.912)	(80.255)

(i) Inclui variação cambial sobre investimentos no exterior no montante de R\$ 17,204, no consolidado.

(ii) No primeiro trimestre de 2011, a Companhia revisou a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão da atualização monetária nos montantes apresentados na



O I S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA BRASIL TELECOM S.A.)
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2010	3.921.658	5.374
Equivalência patrimonial	298.385	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	2.287	
Aumento de capital da BrT Celular	1.531.775	
Outras alterações de participações societárias	(547)	(4)
Saldo em 2010	5.753.558	5.370
Agio "Goodwill"	11.618	
Equivalência patrimonial	676.070	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	7.314	
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	2.927	2.927
Aumento de capital da BrT Celular	1.468.225	
Dividendos obrigatórios	(217.436)	
Juros sobre capital próprio	(250.519)	
Outros		139
Saldo em 2011	7.451.757	8.436

Em dezembro de 2010, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da BrT Celular, no valor de R\$ 3 bilhões. A integralização pela Companhia ocorreu da seguinte forma: (i) em 2010, mediante a transferência de debêntures de emissão da TMAP de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 1.531.775; e (ii) em moeda corrente em 2011, no montante de R\$ 1.468.225.

Os principais dados relativos às participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

	Controladora		2011			
	Quantidade em milhares	Ações	Participação - %			
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
BrT Celular	6.101.835	406.866	4.473.443		100	100
BrT	380.653	4.719	685.154		100	100
BrT CS	466.404	179.182		272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	441.363	97.549		399.253	90,46	90,46
VANT	(9.602)	(7.314)	141.511.999		99,99	99,99
BrT Call Center	24.484	4.089	11.270	22.370	100	100
BrT Card	8.648	645		7.499.999	100	100
iG Brasil	278.487	(2.090)	112.047.365		13,64	13,64
iG Participações	87.773	(770)	125.502		0,16	0,16
NTPA	13.935	(72)		32.645.507	100	100

	Controladora		2011	
	Quantidade em milhares	Ações	Participação - %	
	Equivalência Patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto	
BrT Celular	406.866	6.101.835		
BrT	4.719	380.653		
BrT CS	179.182	466.404		
BrT Multimídia	88.241	399.257		
VANT	(7.314)		(9.602)	
BrT Call Center	4.089	24.484		
BrT Card	645	8.648		
iG Brasil	(285)	38.000		
iG Participações	(1)	144		
NTPA	(72)	13.935		
Total	676.070	7.433.360	(9.602)	

	Controladora		2010			
	Quantidade em milhares	Ações	Participação - %			
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
BrT Celular	4.426.743	2.410	4.473.443		100	100
BrT	375.935	13.047	685.154		100	100
BrT CS	466.404	147.460		272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	441.244	135.565		399.253	90,46	90,46
VANT	(2.287)	(2.048)	141.511.999		99,99	99,99
BrT Call Center	20.395	759	11.270	22.370	100	100
BrT Card	8.648	513		7.499.999	100	100
iG Brasil	280.576	21.151	112.047.365		13,64	13,64
iG Participações	88.542	6.610			0,16	0,16
NTPA	14.008	10.547		32.645.507	100	100

	Controladora		2010	
	Quantidade em milhares	Ações	Participação - %	
	Equivalência Patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto	
BrT Celular	2.410	4.426.743		
BrT	13.047	375.935		
BrT CS	147.460	466.404		
BrT Multimídia	122.631	399.145		
VANT	(2.048)		(2.287)	
BrT Call Center	759	20.395		
BrT Card	513	8.648		
iG Brasil	2.886	38.283		
iG Participações	11	145		
NTPA	10.547	14.008		
NTIN	169			
Total	298.385	5.749.706	(2.287)	

	Controladora		2011	
	Ativos	Passivos	Receitas	
BrT Celular	8.827.629	2.725.794	2.006.083	
BrT	416.771	36.118	15.354	
BrT CS	816.105	349.701	217.421	
BrT Multimídia	683.630	242.267	212.661	
VANT	11.938	21.540		
BrT Call Center	119.704	95.220	354.844	
BrT Card	9.367	719		
iG Brasil	364.249	85.762	236.645	
iG Participações	90.976	2.603		
NTPA	13.935			

	Controladora		2010	
	Ativos	Passivos	Receitas	
BrT Celular	6.724.299	2.297.556	1.937.383	
BrT	397.825	21.690	16.677	
BrT CS	638.905	172.502	210.215	
BrT Multimídia	581.129	198.885	218.252	
VANT	11.446	13.733		
BrT Call Center	105.170	84.775	324.073	
BrT Card	8.716	68		
iG Brasil	379.371	98.795	288.346	
iG Participações	90.896	2.354		
NTPA	14.008			

17. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Obras em andamento	Equipamentos automáticos	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2010	205.590	5.109.692	14.117.259	3.816.293	1.025.976	1.638.326	25.913.136
Adições	489.490	44	106.661	9.503	469	15.107	621.274
Baixas	(3.963)	(2.870)	(62.480)	(6.565)	(947)	(11.103)	(87.928)
Transferências	(241.765)	5.646	145.847	46.366	479	5.612	(37.815)
Saldo em 2010	449.352	5.112.512	14.307.287	3.865.597	1.025.977	1.647.942	26.408.667
Adições	870.991	550	175.584	1.691	1	9.155	1.057.972
Baixas	(8.390)	(10.791)	(46.281)	(12.059)		(3.828)	(76.849)
Transferências	(588.563)	21.655	430.937	107.119	1.910	(9.921)	(36.863)
Saldo em 2011	727.890	5.123.926	14.867.527	3.962.348	1.027.888	1.643.348	27.352.927
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2010	(4.927.648)	(12.348.515)	(2.868.674)	(588.375)	(1.432.657)	(2.165.669)	
Despesas de depreciação	(22.770)	(297.731)	(155.029)	(21.000)	(56.123)	(550.653)	
Baixas	2.872	54.564	10.999	736	9.302	79.073	
Transferências	(7.225)	13.990	(4.660)	(18.459)	16.407	53	
Saldo em 2010	(4.954.771)	(12.577.492)	(3.015.364)	(627.098)	(1.462.471)	(2.637.196)	
Despesas de depreciação	(23.097)	(340.601)	(165.593)	(23.642)	(30.667)	(583.600)	
Baixas	10.888	42.848	13.553	3.898	71.187		
Saldo em 2011	(4.966.980)	(12.875.245)	(3.167.404)	(650.740)	(1.489.240)	(2.314.609)	
Imobilizado líquido							
Saldo em 2010	449.352	157.741	1.729.795	850.233	398.879	185.471	3.771.471
Saldo em 2011	727.890	156.946	1.992.282	794.944	377.148	154.108	4.203.318
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	6%	4%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	Controladora						
	Obras em andamento	Equipamentos automáticos	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2010	542.002	5.406.634	16.019.512	4.165.471	1.076.242	1.968.413	29.178.274
Adições	770.911	44	122.013	12.424	1.660	26.421	933.473
Baixas	(48.114)	(2.870)	(205.682)	(7.793)	(947)	(14.396)	(279.792)
Transferências	(526.737)	60.759	277.200	59.840	460	54.125	(74.353)
Saldo em 2010	738.062	5.464.567	16.213.043	4.229.942	1.077.415	2.034.573	29.757.602
Adições	1.041.093	550	249.149	10.179	203	16.369	1.317.543
Baixas	(8.390)	(10.794)	(49.127)	(13.723)		(22.083)	(104.117)
Transferências	(766.163)	54.248	494.948	121.931	1.346	40.772	(52.918)
Saldo em 2011	1.004.602	5.508.571	16.908.013	4.348.329	1.078.964	2.069.631	30.918.110
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2010	(5.086.284)	(13.538.630)	(3.026.573)	(612.211)	(1.647.935)	(23.911.633)	
Despesas de depreciação	(45.942)	(389.735)	(180.284)	(25.411)	(83.795)	(725.347)	
Baixas	2.872	170.897	11.562	736	10.338	196.405	
Transferências	(7.226)	13.527	(4.674)	(18.462)	16.607	(228)	
Saldo em 2010	(5.136.580)	(13.743.941)	(3.199.969)	(655.348)	(1.704.965)	(24.440.893)	
Despesas de depreciação	(49.320)	(453.470)	(185.216)	(27.549)	(50.486)	(775.040)	
Baixas	10.891	44.855	14.122	21.556		91.424	
Transferências			23		(3)	20	
Saldo em 2011	(5.175.009)	(14.152.556)	(3.371.040)	(682.896)	(1.742.899)	(25.124.399)	
Imobilizado líquido							
Saldo em 2010	738.062	327.987	2.469.102	1.029.973	422.067	329.606	5.316.799
Saldo em 2011	1.004.602	333.562	2.755.457	977.289	396.068	326.733	5.793.711
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	6%	4%	13%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 2.720.125 (2010 - R\$ 3.292.438), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 54.446 (2010 - R\$ 22.793) pela Companhia e R\$ 69.925 (2010 - R\$ 45.506) no consolidado, na taxa média de 11,60% a.a.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador.

18. INTANGÍVEL

	Controladora			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 01/01/2010	132.365	50.705	2.043.447	2.273.589
Adições			11	11
Baixas			(8)	(8)
Transferências	31.445	(8.225)	11.072	34.292
Saldo em 2010	132.365	82.150	2.035.225	58.144
Adições			75	75
Transferências	(132.365)	(54.196)	80.466	1.085



O I S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA BRASIL TELECOM S.A.)
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764 / 0001 - 43

23. PROVISÕES
Composição do saldo

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhista				
(i) Horas extras	381.156	229.040	388.946	232.483
(ii) Indenizações	132.364	66.985	134.252	67.885
(iii) Adicionais diversos	128.094	117.945	133.637	121.886
(iv) Estabilidade / Reintegração	129.072	80.247	130.891	82.779
(v) Diferenças salariais	74.676	119.255	77.275	122.016
(vi) Honorários advocatícios/periciais	48.025	1.338	48.594	1.375
(vii) Complemento de aposentadoria	26.308	47.363	26.308	47.368
(viii) Verbas rescisórias	22.897	79.615	23.239	79.920
(ix) FGTS	17.431	31.434	17.497	31.459
(x) Multas trabalhistas	8.368	4.118	8.609	4.242
(xi) Subsidiariedade	6.243	83.506	6.988	84.244
(xii) Vínculo empregatício	456	1.866	456	3.742
(xiii) Demais ações	38.709	57.425	41.028	57.814
Total	1.013.799	920.137	1.037.720	937.213
Tributária				
(i) ICMS	247.641	227.997	279.799	254.917
ISS	996	956	8.283	8.006
(ii) FUST			4.614	4.164
(iii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	331	301	890	972
Demais ações	4.651	4.200	5.563	5.823
Total	253.619	233.454	300.149	273.882
Cível				
(i) Societário	2.350.071	2.415.967	2.350.071	2.415.967
(ii) Estimativas ANATEL	173.882	158.000	177.998	160.640
(iii) Juizado Especial	109.297	102.262	127.878	120.355
(iv) Multas ANATEL	93.386	75.931	100.136	79.455
(v) Demais ações	299.985	293.138	320.939	309.355
Total	3.026.621	3.045.298	3.077.022	3.085.772
Total das provisões	4.294.039	4.198.889	4.414.891	4.296.867
Circulante	1.234.430	1.198.211	1.283.354	1.236.971
Não circulante	3.059.609	3.000.678	3.131.537	3.059.896

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	Trabalhista	Tributária	Cível	2011
Provisões	1.037.720	300.149	3.077.022	4.414.891
Passivo contingente	923.133	2.968.856	648.496	4.540.485
				2010

Risco	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Passivo contingente	2.205.808	2.435.016	779.905	5.420.729

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	Controladora			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2010	776.850	451.402	3.118.914	4.347.166
Atualização monetária	100.516	57.623	81.848	239.987
Adições / (Reversões)	163.605	(137.612)	366.577	392.570
Baixas por pagamentos / encerramentos	(120.834)	(137.959)	(521.841)	(780.634)
Saldo em 2010	920.137	233.454	3.045.298	4.198.889
Atualização monetária	49.259	35.688	71.772	156.719
Adições / (Reversões)	130.049	6.978	392.657	529.684
Baixas por pagamentos / encerramentos	(85.646)	(22.501)	(483.106)	(591.253)
Saldo em 2011	1.013.799	253.619	3.026.621	4.294.039

	Consolidado			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2010	793.650	486.581	3.153.252	4.433.483
Atualização monetária	102.392	64.352	87.294	254.038
Adições / (Reversões)	164.332	(137.535)	378.296	405.093
Baixas por pagamentos / encerramentos	(123.161)	(139.516)	(533.070)	(795.747)
Saldo em 2010	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Atualização monetária	48.991	42.498	75.598	167.087
Adições / (Reversões)	143.046	10.626	417.000	570.732
Baixas por pagamentos / encerramentos	(91.530)	(26.857)	(501.348)	(619.725)
Saldo em 2011	1.037.720	300.149	3.077.022	4.414.891

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões
Trabalhista
(i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
(ii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
(iii) Adicionais diversos - referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
(iv) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
(v) Diferenças salariais e reflexos - referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
(vi) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
(vii) Complemento de aposentadoria - diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
(viii) Verbas rescisórias - referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
(ix) Complemento de multa FGTS - decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.
A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que foram pagos a esse título;
(x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
(xi) Responsabilidade solidária/subsidiária - refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados e terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
(xii) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
(xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.
No primeiro trimestre de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Como consequência, a Companhia reconheceu efeitos no resultado de R\$ 53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta "Provisões/reversões" e R\$ 63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta "Atualização monetária de provisões".

Tributária
(i) Tributos estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.
(ii) Tributos federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.
Cível
(i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nº 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integrando-a determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira. A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese.
Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucesso, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.
Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.
(ii) Estimativas ANATEL – referem-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
(iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
(iv) Multas ANATEL – referem-se, substancialmente, às provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
(v) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos proferiram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo contingente
A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.
Na opinião da Companhia, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:
Trabalhista
Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 923.133 (2010 - R\$ 2.205.808).
Durante o exercício de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Desta forma há uma redução significativa dos valores do passivo contingente que passam a integrar a composição da média.
Tributária
As principais causas existentes estão representadas pelas seguintes objetos:
(i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou a qual não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 1.294.767 (2010 - R\$ 1.119.720);
(ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 351.593 (2010 - R\$ 356.878);
(iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 331.319 (2010 - R\$ 308.273); e
(iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 991.177 (2010 - R\$ 650.145).
Cível
As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 648.496 (2010 - R\$ 779.905).

Cartas de fiança
Com relação às contingências passivas, a Companhia mantém contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas pela Companhia e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$ 2.592.775 (2010 - R\$ 2.791.604) e R\$ 2.697.529 (2010 - R\$ 2.836.335) relativos ao consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.
Ativo contingente
A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindicada a recuperação de tributos pagos.
PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF – Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 20.813 (2010 - R\$ 19.784) e de R\$ 21.304 (2010 - R\$ 20.271) para o consolidado.

24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ações bonificadas a resgatar (i)	1.501.984		1.501.984	
Adiantamento de clientes	95.032	29.064	364.622	316.006
Consignação a favor de terceiros	181.662	224.509	274.281	250.175
Valores a pagar - grupamento de ações	116.603	117.516	116.603	117.516
Valores consorciáveis			53.539	36.591
Provisão para desmobilização de ativos	22.848	21.956	30.577	29.384
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas	5.940		5.940	
Receitas a apropriar		36.451	201	36.451
Outros	63.482	52.561	82.614	56.300
Total	1.987.551	535.596	2.376.822	842.423
Circulante	1.780.340	476.464	2.014.762	611.805
Não circulante	207.211	59.132	362.060	230.618

(i) Refere-se ao registro da bonificação de ações a resgatar provenientes da reorganização societária, conforme divulgado na Nota 31 (a).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.731.059 (2010 - R\$ 3.731.059), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade		Valor
	(em milhares de ações)	2011	
Capital total em ações			
Ações ordinárias		203.423	203.423
Ações preferenciais		399.597	399.597
Total		603.020	603.020
Ações em tesouraria			
Ações preferenciais		13.231	13.231
Total		13.231	13.231
Ações em circulação			
Ações ordinárias		203.423	203.423
Ações preferenciais		386.366	386.366
Total em circulação		589.789	589.789
Valor patrimonial por ação em circulação		17,95	19,22

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 800 milhões de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.
Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.
O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.
Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.
As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.
(b) Ações em tesouraria
As ações em tesouraria são originadas de programas de recompra realizados durante os exercícios de 2002 a 2004. Na data de 13 de setembro de 2004 foi divulgado o fato relevante da última proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, para recompra de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação.
A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações preferenciais		Valor
	2011	2010	
Saldo em 2010			
Ações alienadas	13.231.556		149.642
(3)			
Saldo em 2011			
Médio ponderado	13.231.553		149.642
Mínimo	11,31		11,31
Máximo	10,31		10,31
	13,80		13,80

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.
Valor de mercado das ações em tesouraria
O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	Ações preferenciais		Valor
	2011	2010	
Quantidade de ações preferenciais em tesouraria	13.231.553	13.231.556	
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	10,88	12,00	
Valor de mercado	143.959	158.779	

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos das reservas que deram origem a recompra:

	Ágio na subscrição de ações		Outras reservas de capital	
	2011	2010	2011	2010
Saldo contábil das reservas	372.670	458.684	126.372	126.372
Ações em tesouraria	(99.822)	(99.822)	(49.820)	(49.820)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	272.848	358.862	76.552	76.552

(



OI S.A.

(ANTERIORMENTE DENOMINADA BRASIL TELECOM S.A.)

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (BTPREV e Fundação 14)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS					
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.848.870	1.698.140	388.611	353.887	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	51.388	42.647	81.759	65.718	
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.900.258	1.740.787	470.370	419.605	
Valor justo dos ativos do plano	(1.210.853)	(1.102.591)	(1.372.134)	(1.238.897)	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	689.405	638.196	(901.764)	(819.292)	
Perda (Ganhos) atuariais não reconhecidos	(71.402)	8.248	11.628	11.628	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.415	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	618.003	646.444	(110.187)	(90.249)	
		Consolidado			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS					
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.849.787	1.698.979	388.728	353.900	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	55.220	45.345	83.085	66.693	
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.905.007	1.744.324	471.813	420.683	
Valor justo dos ativos do plano	(1.213.900)	(1.104.844)	(1.376.344)	(1.242.078)	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	691.107	639.480	(904.531)	(821.395)	
Perda (Ganhos) atuariais não reconhecidos	(70.958)	10.825	12.057	11.362	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.414	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	620.149	650.305	(112.525)	(92.619)	
<small>(1) A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 112.525 (2010 - R\$ 92.619), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.</small>					

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.740.787	1.589.251	419.605	392.875	
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	173.142	43.719	41.893	
Custo do serviço corrente	1.434	3.532	1.057	2.062	
Benefícios pagos líquidos	(154.974)	(135.207)	(29.026)	(26.849)	
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	132.990	110.069	35.015	9.617	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.900.258	1.740.787	470.370	419.605	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.102.591	934.120	1.238.897	1.107.955	
Rendimentos dos ativos do plano	119.204	106.056	134.046	130.709	
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	53.339	99.084	28.217	27.075	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	90.693	98.538			
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	(154.974)	(135.207)	(29.026)	(26.849)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.210.853	1.102.591	1.372.134	1.238.897	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	689.405	638.196	(901.764)	(819.292)	
(Ganho) ou Perda atuariais não reconhecidos	(71.402)	8.248	11.628	11.628	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.415	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	618.003	646.444	(110.187)	(90.249)	
		Consolidado			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.744.324	1.595.132	420.683	394.373	
Juros sobre obrigações atuariais	180.365	173.808	43.844	42.047	
Custo do serviço corrente	1.807	4.486	1.161	1.973	
Benefícios pagos líquidos	(155.039)	(135.274)	(29.035)	(26.849)	
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	133.550	106.172	35.160	9.139	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.905.007	1.744.324	471.813	420.683	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.104.844	937.590	1.242.078	1.112.181	
Rendimentos dos ativos do plano	119.414	106.456	134.393	131.221	
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	53.989	97.533	28.908	25.506	
Contribuições normais recebidas pelo plano	53	23		19	
Patrocinadora				19	
Participantes	53	23			
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	90.692	98.539			
Pagamento de benefícios	(155.092)	(135.297)	(29.035)	(26.849)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.213.900	1.104.844	1.376.344	1.242.078	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	691.107	639.480	(904.531)	(821.395)	
(Ganho) ou Perda atuariais não reconhecidos	(70.958)	10.825	12.057	11.362	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.414	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	620.149	650.305	(112.525)	(92.619)	
		Consolidado			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	

DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA COMPANHIA⁽¹⁾

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
Custo do serviço corrente	1.434	3.532	1.057	2.062	
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	173.142	43.719	41.893	
Rendimento dos ativos do plano	(119.204)	(106.056)	(134.046)	(130.709)	
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida			6.797	(17.456)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			62.535	137.183	
Total da despesa (receita) reconhecida	62.251	70.619	(19.938)	32.973	
		Consolidado			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	

DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA COMPANHIA⁽¹⁾

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
Custo do serviço corrente	1.807	4.486	1.161	1.973	
Custo dos Juros	180.365	173.808	43.844	42.047	
Rendimento dos ativos do plano	(119.414)	(106.456)	(134.393)	(131.221)	
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(2.222)		6.947	(17.489)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			62.535	137.183	
Total da despesa (receita) reconhecida	60.536	71.838	(19.906)	32.493	

(1) A Companhia apresentou no exercício de 2011 um acréscimo do superávit do plano TCSPREV, reconhecendo desta forma R\$ 19.906, em outras receitas operacionais. Em 2010 apresentou uma redução do superávit do Plano TCSPREV reconhecendo R\$ 32.493, em outras despesas operacionais.

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão, previstas para o exercício de 2012, são no montante de R\$ 101.455.

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS

		Controladora			
		2011		2010	
		BTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,77%	10,35%	10,77%	
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	
Índice de aumento salarial nominal estimado	9,31%	7,95%	9,31%	7,95%	
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,50%	11,61%	11,50%	12,09%	
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	
	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	
	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	
Taxa de rotatividade	5,5% a.a	15% a.a	5,5% a.a	15% a.a	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2011

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011.

b) Os dados cadastrais utilizados são de 31 de agosto de 2011, projetados para 31 de dezembro de 2011.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

		Controladora			
		2011		2010	
		PBS-A		PAMEC	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS					
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	767.124	714.094	3.720	3.569	
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	767.124	714.094	3.720	3.569	
Valor justo dos ativos do plano	(1.198.834)	(1.192.596)	3.720	3.569	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(431.710)	(478.502)	(166)	(568)	
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(166)	(568)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	478.502			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)	(80.238)	3.554	3.001	
		Consolidado			
		2011		2010	
		PBS-A		PAMEC	

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS

		Controladora			
		2011		2010	
		PBS-A		PAMEC	
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	767.124	714.094	3.720	3.569	
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	767.124	714.094	3.720	3.569	
Valor justo dos ativos do plano	(1.198.834)	(1.192.596)	3.720	3.569	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(431.710)	(478.502)	(166)	(568)	
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(166)	(568)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	478.502			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)	(80.238)	3.554	3.001	
		Consolidado			
		2011		2010	
		PBS-A		PAMEC	

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO

		Controladora			
		2011		2010	
		PBS-A		PAMEC	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	714.094	624.068	3.569	3.054	
Juros sobre obrigações atuariais	73.681	67.994	382	340	
Benefícios pagos líquidos	(65.757)	(64.034)	(40)	(88)	
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	45.106	86.066	(191)	263	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	767.124	714.094	3.720	3.569	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.192.596	973.464	3.720	3.569	
Rendimento esperado no ano	134.982	92.140			
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(62.987)	191.026			
Contribuições normais recebidas pelo plano			40	88	
Patrocinadora			40	88	
Pagamento de benefícios	(65.757)	(64.034)	(40)	(88)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.198.834	1.192.596	3.720	3.569	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(431.710)	(478.502)	(166)	(568)	
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(166)	(568)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	478.502			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)	(80.238)			

